

## Assistente Social

- 11) A ação profissional do Assistente Social, em qualquer espaço de trabalho, deve partir de uma visão de globalidade e historicidade. Nessa perspectiva, é condição fundamental que o Assistente Social conheça:
- A realidade social, o instrumental técnico e as vertentes metodológicas do Serviço Social.
  - Os princípios e fundamentos que norteiam a sua atuação profissional.
  - O contexto histórico da situação problematizada, as variáveis intervenientes, o tempo e a dialética, a lógica de sua reflexão numa sociedade de classes.
  - O contexto de sua prática, as implicações do Serviço Social e os elementos pedagógicos da ação profissional.**
- 12) De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere ao Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, podemos afirmar:
- Ao adolescente aprendiz, menor de dezoito anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
  - Ao adolescente aprendiz, maior de dezoito anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
  - Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.**
  - Ao adolescente empregado, aprendiz, até vinte e um anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.
- 13) Da Liberdade Assistida, no Estatuto da Criança e do Adolescente, incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização, entre outros do seguinte encargo:
- Conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuída a adolescente, aplicando às medidas cabíveis.
  - Efetuar recomendações visando a melhoria dos serviços públicos e de relevância pública afetos à criança e ao adolescente, fixando prazo razoável para sua perfeita adequação.
  - Zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados às crianças e adolescentes, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis.
  - Promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social.
- 14) A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à:
- Saúde, previdência e assistência social.**
  - Assistência social, saúde e habitação.
  - Educação, saúde e previdência.
  - Assistência social, saúde e educação.
- 15) A Lei Orgânica da Assistência Social define a Assistência Social como:
- Direito social implementado pelo Estado para coibir práticas assistencialistas e paliativas, incentivando a população excluída a lutar pelos seus direitos sociais, tendo como prática intervir nas políticas sociais.
  - Direito do cidadão e dever do Estado, sendo uma política de seguridade não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas.**

- c) Direito socioeducativo de prestar assistência social à população carente, mediante programas de desenvolvimento social e de atendimento às pessoas, com vinculação contributiva.
- d) Direito do Estado, sendo uma política financiada pelo setor público e privado pelas ONGs e por todos os trabalhadores segurados da previdência social com vinculação contributiva.
- 16) De acordo com a Lei Orgânica da Assistência Social, no que diz respeito ao Benefício de Prestação Continuada é correto afirmar que:
- a) O benefício de prestação continuada é interrompido em situações de internamento hospitalar.
- b) O BPC deverá ser voltado para as necessidades básicas com educação, saúde, transporte e lazer.
- c) O atendimento do BPC deverá atender a população carente de recursos de subsistência no período de seis meses.
- d) O BPC deve ser revisto a cada dois anos para avaliação da continuidade das condições que lhe deram origem.
- 17) Caracterizam as políticas sociais consagradas na Constituição Brasileira de 1988 os seguintes princípios:
- a) Universalidade; privatização
- b) Seletividade; focalização.
- c) Focalização; descentralização.
- d) **Universalidade; descentralização.**
- 18) Segundo o Código de Ética Profissional em vigor, consiste num dever do assistente social no exercício de seu trabalho:
- a) **Contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários para agilizar e melhorar os serviços.**
- b) Manter uma atitude honesta, correta, procurando aperfeiçoar sua personalidade e dignificar a profissão.
- c) Zelar pela família, grupo natural de desenvolvimento da pessoa humana e base essencial da sociedade.
- d) Zelar pelo bom nome da entidade que o emprega, prestando-lhe todo esforço para o êxito dos objetivos.
- 19) A Assistência Social tem como um dos seus objetivos:
- a) **A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice.**
- b) O desenvolvimento bio-psico-social do cidadão.
- c) O atendimento das solicitações pessoais e profissionais dos indivíduos.
- d) A garantia da satisfação dos indivíduos na sociedade.
- 20) A primeira referência explícita a serviços sociais na legislação federal brasileira aparece na Carta Constitucional de 1934, que assegura amparo aos desvalidos e destina dezenove tributos para:
- a) Velhice e deficiência.
- b) População de rua e encarcerados.
- c) **Maternidade e infância.**
- d) Imigrantes e operários.
- 21) Podemos apontar como um avanço na Política de Assistência Social Brasileira a partir da Constituição de 1988 e da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS):

- a) A assistência como direito auto-aplicável inscrito na Lei Magna e que por isso dispensa regulamentação posterior.
  - b) A função suplementar das medidas assistenciais cuja provisão deve ser gratuita e balizada pelo mérito.
  - c) **A inclusão da assistência social como um componente da seguridade social, ao lado da saúde e da Previdência.**
  - d) Sua lógica contributiva, condicionando o direito ao benefício à inserção do beneficiário ao mercado de trabalho.
- 22) O código de ética do assistente social estabelece princípios fundamentais de orientação valorativa do exercício profissional. Entre os onze princípios encontra-se:
- a) **O reconhecimento da liberdade com autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais.**
  - b) O incentivo ao estabelecimento de ações, lutas e processos que favoreçam o espírito de corporação da categoria profissional no mercado.
  - c) A defesa dos direitos naturalmente constituídos pelos indivíduos em busca de felicidade, reprodução e sociabilidade.
  - d) O estímulo à absoluta realização humana por meio do associativismo, solidariedade e diálogo entre as classes sociais.
- 23) Segundo os estudos especializados sobre família substituta, na perspectiva do Estatuto da Criança e do Adolescente, a qualidade do trabalho técnico em adoção é dirigida para adequada motivação e preparação da família adotiva e:
- a) Convencimento de seus membros para aceitação do tipo de crianças disponíveis nos estabelecimentos públicos e privados.
  - b) Incentivo a sua liberdade e autonomia para buscar a criança de forma independente no âmbito da sociedade.
  - c) Sua capacitação para manter sigilo de informações a respeito da história da criança, preservando o segredo da condição adotiva.
  - d) **Compatibilização de suas capacidades e características com as necessidades e peculiaridades da criança.**
- 24) A priorização da família na agenda da política social exige que o assistente social, em qualquer instituição, atue no sentido de abordar a demanda social apresentada pelo usuário a partir:
- a) Das necessidades individuais dos membros familiares.
  - b) Das orientações políticas da Vara de Família da Comarca.
  - c) Dos valores matriarcais inerentes às famílias chefiadas por mulheres.
  - d) **Da qualidade de vida do grupo familiar.**
- 25) Nos primórdios da institucionalização do Serviço Social como profissão no Brasil, o esquema de percepção, comportamento e desempenho dos profissionais girou em torno da:
- a) Difusão do ideário desenvolvimentista voltado para promoção das comunidades.
  - b) **Articulação da teoria/metodologia com a doutrina social da igreja e o apostolado social.**
  - c) Vinculação do discurso técnico com as demandas do movimento operário e popular.
  - d) Ascensão da categoria profissional no meio científico e cultural internacional.
- 26) O Movimento de Reconceitualização do Serviço Social Latino Americano (1965-1975) apresentou como eixos fundamentais de debate a criação de projeto profissional científico de superação do tradicionalismo e:

- a) Introdução do debate sobre a categoria processo de trabalho do assistente social no meio profissional latino.
  - b) Crítica à apropriação vulgar do marxismo através de manuais de orientação positivista difundidos no continente.
  - c) **Compreensão dos rumos peculiares do desenvolvimento latino americano perante a relação de dependência com os países centrais.**
  - d) Divulgação das experiências positivas de descentralização das políticas sociais nas ditaduras americanas nesses anos.
- 27) Nos últimos trinta anos, o “mundo do trabalho” sofreu profundas transformações; conseqüentemente, a atuação do assistente social neste âmbito também se alterou significativamente, passando a apresentar traços não tradicionais, como o indica de fato a sua ação:
- a) Vincular-se à prestação de serviços sociais.
  - b) Incidir sobre o controle da força de trabalho.
  - c) Envolver conteúdos e dimensões pedagógicos.
  - d) **Ser partilhada com profissionais da área de RH, inclusive gerentes.**
- 28) A intervenção do Serviço Social na área das relações de trabalho remonta aos anos 40 do século XX; contudo, somente a partir dos anos 60 a área passou a constituir um campo de atuação diferenciado para os assistentes sociais. A principal causa dessa constituição reside:
- a) **Nos movimentos operários da década de 60, expressão política da classe trabalhadora no quadro da industrialização.**
  - b) No interesse pela integração e coesão sociais, revelado então pelos empresários.
  - c) No papel harmonizador desempenhado, à época, pelo movimento sindical de base operária.
  - d) Nas exigências derivadas das novas legislações sobre a relação capital/trabalho.
- 29) As instâncias deliberativas do sistema de Assistência Social são:
- a) **Conselho Nacional de Assistência Social; Conselhos Estaduais de Assistência Social; Conselho de Assistência Social do Distrito Federal; Conselhos Municipais de Assistência Social.**
  - b) Conselho Nacional de Assistência Social; Conselho de Assistência Social do Distrito Federal; Conselhos Municipais de Assistência Social.
  - c) Conselho Nacional de Assistência Social; Conselhos Estaduais de Assistência Social; Conselhos Municipais de Assistência Social.
  - d) Conselho Nacional de Assistência Social; Conselhos Estaduais de Assistência Social; Conselho de Assistência Social do Distrito Federal.
- 30) Dentre as diversas competências do Conselho Nacional de Assistência Social, temos:
- a) Articular, nas instâncias superiores, ações no campo da Assistência Social.
  - b) Apresentar proposta sobre a Política Nacional de Assistência Social.
  - c) Desenvolver a Política Nacional e Estadual de Assistência Social.
  - d) **Aprovar a Política Nacional de Assistência Social.**